



YLS

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

*Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti*

**AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0003560-14.2014.8.17.0000 (0332412-3)**

**AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO(S): ANTONIO EDSON FERREIRA**

**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. POSSIBILIDADE. CARÁTER GERAL DA GRATIFICAÇÃO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO TRIBUNAL. RECURSO IMPROVIDO.**

1 - Trata-se de Recurso de Agravo, previsto no §1º do art. 557 do CPC, interposto à iniciativa da FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco, contra decisão terminativa que negou seguimento ao Agravo de Instrumento nº 0332412-3, mantendo a decisão recorrida que deferiu a incorporação no contracheque dos agravados da parcela referente à gratificação de risco de policiamento ostensivo.

2 - Impossibilidade de apreciar a alegação de ilegitimidade passiva em face de preclusão consumativa, uma vez que tal fundamento apenas foi alegado no presente Agravo Legal e configura inovação recursal.

3 - O entendimento deste Tribunal é pacífico quanto a concessão de liminar na situação dos autos quando se encontram presentes os requisitos autorizadores previstos no artigo 273 do CPC. Neste sentido, os seguintes precedentes: AI 0258368-8, Relator Des Francisco Bandeira de Mello, 8ª Câmara Cível, data de julgamento em 26/01/2012, AI 154614-7, 8CC, Rel Des Ricardo Paes Barreto, julgado em 22/01/2009.

4 - A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, por contemplar os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas.

5 - Em face da inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.

6 - Agravo conhecido e não provido.

AG Nº 0332412-3

  
Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

149

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0332412-3, em que figuram como Agravante e Agravado **ESTADO DE PERNAMBUCO e ANTONIO EDSON FERREIRA**, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, **conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo nº 0332412-3**, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife/PE, 13 de Op de 2014 .

  
**Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
**Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti**

---

**AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0003560-14.2014.8.17.0000  
(0332412-3)**

**AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO(S): ANTONIO EDSON FERREIRA**

**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo, interposto com amparo no § 1º do art. 557, do CPC, em face da Decisão Monocrática proferida no Agravo de Instrumento que negou seguimento ao recurso e manteve a decisão recorrida que deferiu a incorporação no contracheque da parte autora da parcela referente à gratificação de risco de policiamento ostensivo.

Refuta o recorrente, a concessão da tutela antecipada sob as alegações de: ilegitimidade passiva *ad causam*, prescrição do fundo de direito; inexistência de perigo da demora; a vedação de deferimento de liminar que implique concessão de aumento ou extensão de vantagens; o perigo de irreversibilidade do provimento antecipatório, uma vez que a verba tem caráter alimentar; e, a ausência de verossimilhança das alegações.

Argumenta a natureza *propter laborem* da gratificação perquirida e sua não extensão automática e indistinta em caráter geral e permanente a todos os ativos, bem como a vedação expressa à sua incorporação a proventos ou pensões.

Por fim, requer que seja dado provimento ao presente agravo.

É o relatório.

Recife,        de        de 2014

  
**Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
**Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti**

**AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0003560-14.2014.8.17.0000  
(0332412-3)**

**AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO(S): ANTONIO EDSON FERREIRA**

**RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

**VOTO**

De início, anoto a impossibilidade de apreciar a alegação de ilegitimidade passiva em face de preclusão consumativa, uma vez que tal fundamento apenas foi alegado no presente Agravo Legal e configura inovação recursal.

Nesse sentido, colaciono julgados do STJ e deste E. Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. INOVAÇÃO RECURSAL IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO. A apresentação de fundamento apenas em agravo regimental caracteriza-se inovação recursal, cuja análise é incabível no presente recurso em razão da preclusão consumativa. Agravo regimental improvido.

(STJ - AgRg no REsp: 1422014 SP 2013/0391430-2, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 11/03/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/03/2014)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. INOVAÇÃO NA ARGUMENTAÇÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. INVIABILIDADE. 1. Aclaratórios recebidos como Agravo Regimental. Aplicação do princípio da fungibilidade recursal. 2. Embora o Tribunal *a quo* tenha debatido a questão relativa à legalidade da cobrança de ICMS sobre a demanda contratada de energia elétrica, nas razões do Recurso Especial, o ora agravante insurgiu-se apenas contra a preliminar de legitimidade ativa do consumidor

final para postular a devolução dos valores recolhidos indevidamente. Dessa forma, não há falar em omissão, tampouco em ofensa ao art. 535 do CPC, mas, sim, em inovação nas razões recursais, o que é inviável ante a preclusão consumativa. 3. Agravo Regimental não provido.

(STJ - EDcl no Ag: 1112240 RJ 2008/0237638-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 01/10/2009, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/10/2009)

RECURSO DE AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REVISIONAL DE PROVENTOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES. NÃO CABIMENTO. ALEGAÇÕES TARDIAS EM SEDE DE APELAÇÃO NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. INOVAÇÃO EM SEDE RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Trata-se de recurso de agravo em apelação de embargos à execução através do qual o Município de Jaboatão dos Guararapes pretende ser considerado parte ilegítima para figurar no polo passivo do processo de execução correlato. 2. Matéria já discutida no processo de conhecimento com trânsito em julgado e apenas ventilada pelo agravante nos autos dos embargos à execução. 3. Existência de obrigação solidária entre o Município de Jaboatão dos Guararapes e o JABOATÃOOPREV para pagamento com efeitos retroativos dos valores atualizados da pensão titularizada pela agravada. Nesta linha, sendo acionado individualmente pelo credor o Município de Jaboatão, poderá este reaver o valor despendido em ação regressiva contra o JABOATÃOOPREV. 4. Quanto as alegações de ausência de título executivo, necessidade de liquidação por artigos e excesso de execução em relação aos juros de mora, entendo que as mesmas deveriam ter sido deduzidas no momento oportuno, qual seja, em sede de embargos à execução. Não sendo cabível, portanto, em sede recursal inovação na matéria. 5. Decisão unânime.

(TJ-PE - AGV: 2516065 PE 0005776-16.2012.8.17.0000, Relator: Erik de Sousa Dantas Simões, Data de Julgamento: 18/12/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 03)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (ART. 557, § 1º, CPC). ARGUMENTOS DISSOCIADOS DA DECISÃO DE 1º GRAU. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. INOVAÇÃO RECURSAL. RECURSO IMPROVIDO. Agravo de Instrumento originário que se limitou a discutir

152

a discrepância dos valores objeto da execução, argumento dissociado da decisão de 1º Grau objeto do recurso, no que não pôde ser conhecido, pois ausente qualquer espécie de análise meritória acerca do montante executado. Apesar da decisão objeto do Agravo de Instrumento ter realizado exame de matéria estritamente processual (suposto desacerto do desconhecimento da petição enviada via fax), o arrazoadado recursal em momento algum sequer ventilou o assunto. Ao arguir apenas em Agravo Interno a suposta tempestividade da petição original que cumpria aquela enviada via fax no 1º Grau (em cumprimento ao art. 2º, caput, da Lei 9.800/99), a Agravante incorreu em inovação recursal, pois tal matéria - *quaestio juris* da decisão agravada - foi igualmente atingida pela preclusão consumativa ao não haver sido alegada no Agravo de Instrumento, momento processual adequado para sua discussão. Agravo improvido.

(TJ-PE - AGV: 239740420128170000 PE 0025190-97.2012.8.17.0000, Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento: 15/01/2013, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13)

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remição, para que faça parte integrante da presente decisão (fls. 101/104 proferida no agravo de instrumento):

XX

Acresço ainda:

De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo".

Observe que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento abrangem "as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o

131

policciamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.

Ora, o teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em comento, por contemplar os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. Por isso, impõe-se a extensão aos inativos e pensionistas, da Gratificação de Risco Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04.

Diante de todo exposto, e pela inexistência de qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão tomada por esta Relatoria, voto pelo **não provimento** do presente recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo do Agravo de Instrumento nº 0332412-3.

Recife, 13 de 04 de 2014.

  
Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti  
Relator